



Servidores têm direitos garantidos na gestão Perri

Páginas 4 e 5

Monitoramento

TJ amplia segurança no local de trabalho

Página 8

Celeridade

Peticionamento eletrônico é realidade na 2ª Instância

Página 2

E ainda:

Veja os investimentos em tecnologia para garantir a segurança da informação.

Página 7

Sem Fronteiras



Juizado Especial Itinerante chega a Rondolândia

Página 6

Editorial

Após sete anos de espera, servidores da Justiça viram o tão sonhado SDCR sair do papel e ser colocado em prática. Em 2014, só com o reenquadramento, que antecede as progressões horizontais e verticais, 2.200 servidores foram beneficiados. Alguns chegaram a ter aumento real de 15,99% no salário.

Esta e outras conquistas obtidas pelos servidores nesta gestão podem ser conferidas nesta edição do Digoreste.

O informativo traz ainda os investimentos feitos pela atual gestão para garantir a segurança dentro dos fóruns. Uma das medidas mais importantes foi a instalação de câmeras de monitoramento, que agora vai se estender às 79 comarcas do Estado.

E o entrevistado do mês é o juiz Edson Dias Reis, um dos coordenadores do Juizado Especial Itinerante, que no mês passado rompeu fronteiras e prestou atendimento em Rondolândia, um dos municípios mais isolados de Mato Grosso.

Boa leitura!

Direto aos Fatos

Comemoração

Uma grande festa com apresentação do cantor Pescuma marcou o Dia do Servidor Público deste ano. A comemoração também contou com a final do III Concurso de Talentos Musicais e Fotografia. O presidente do Tribunal de Justiça, Orlando Perri, parabenizou os servidores e reforçou que a administração está focada na melhoria da qualidade de vida daqueles que se dedicam à Justiça Estadual.



Ascom/TJMT

Outubro Rosa

Os servidores e magistrados do Poder Judiciário de Mato Grosso vestiram cor-de-rosa no dia 24 de outubro para apoiar a luta contra o câncer de mama. A campanha é desenvolvida anualmente no Tribunal de Justiça e nas comarcas a fim de combater a falta de informação sobre a doença e também pulverizar a importância da realização dos exames de toque e mamografia.

Estagiários

Os universitários que fazem curso na modalidade de Ensino a Distância (EAD) poderão participar dos processos seletivos para estágio no Poder Judiciário de Mato Grosso. Além disso, os estudantes do curso de Pedagogia também poderão pleitear uma vaga. A proposta, do presidente Orlando Perri, foi aprovada por unanimidade pelo Tribunal Pleno.

Celeridade

Peticionamento eletrônico na 2ª Instância supera expectativa

Em apenas dois meses de funcionamento, 1.947 petições foram realizadas pelo Portal Eletrônico do Advogado (PEA) referentes a processos de Segunda Instância, sendo 340 iniciais e 1.607 intermediárias. Por ser eletrônico, o peticionamento pode ser feito de qualquer parte do Brasil ou até mesmo de outros países. Atualmente a maior demanda é de advogados do interior de Mato Grosso e de outros estados.

A coordenadora judiciária do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Rosemeire Pincerato, destaca que os dois meses de funcionamento do peticionamento on line na Segunda Instância foram bastante positivos. Ela ressalta que a ferramenta, além de melhorar o acesso à Justiça, é um meio rápido, fácil e barato para o advogado



Ascom/TJMT

peticionar. “É o Tribunal facilitando a vida do advogado e ampliando o acesso à Justiça”.

Usando o portal o advogado ganha tempo, já que o peticionamento cai diretamente na secretaria onde está o processo, ao invés de cair no protocolo. “Antes, a petição ia para o protocolo que depois fazia a distribuição para as secretarias. Hoje cai onde o processo está tramitando. Tem ainda a facilidade, já

que o advogado não tem que se deslocar até o TJ para peticionar eletronicamente no processo em tramitação ou uma inicial, como no caso de agravo, HC, mandado de segurança, entre outros”, diz a coordenadora.

Ela explica que o peticionamento on line não se trata de um processo eletrônico, mas sim de uma forma de transmitir a peça que vai ser materializada no Tribunal de Justiça e colocada no processo físico.

No momento em que o advogado faz o peticionamento ele precisa informar se a parte é beneficiária da justiça gratuita ou não. Quando não é, o sistema gera uma guia, que deve ser paga no banco para que o peticionamento se materialize. Ou seja, o advogado paga R\$ 0,15 por página enviada, para que o Tribunal faça a impressão e a juntada do material ao processo. O mesmo vale para as petições iniciais.

Pelas Comarcas

Perri dialoga com juízes e servidores da 1ª Instância

Uma gestão participativa, em que juízes e servidores têm à sua disposição um canal direto de comunicação com o presidente, sem intermediários. Este modelo de gestão foi adotado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Orlando Perri.

O Tribunal de Justiça implantou o projeto “Conversa com o Presidente”, por meio do qual servidores de todas as comarcas enviavam e-mail ao presidente com solicitações de informações, críticas e sugestões.

Ao longo desta gestão foram recebidos 41 e-mails de servidores. O presidente leu todas as mensagens, a maioria com solicitações de informações quanto a pagamentos de passivos trabalhistas e demais direitos da classe.

Assim que recebia cada demanda, o desembargador Orlando Perri solicitava informações das áreas técnicas. Em seguida, encaminhava



Ascom/TJMT

as respostas para a Coordenadoria de Comunicação, que as redirecionava ao servidor.

Além do contato por e-mail, o presidente adotou a estratégia de ir ao encontro dos servidores que participavam de capacitações na Escola dos Servidores, localizada no prédio anexo do Tribunal de Justiça.

Foram dezenas de encontros, nos quais o presidente da instituição comparecia apenas para dar explicações, ouvir e anotar sugestões.

O contato com magistrados que atuam na 1ª Instância também foi intenso. Foram realizadas mais de 20 reuniões dessa natureza, em todas as comarcas polo do Estado.

Ouvir é fundamental, diz presidente

Para o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Orlando Perri, a administração pública deve ouvir a sociedade e, também, ficar atenta às manifestações do público interno, em especial dos servidores e magistrados lotados nos municípios mais distantes. “Nenhuma pessoa, em qualquer nível hierárquico, deve ser excluída do processo. Devemos incentivar a participação de todos, porque por meio dessa participação conseguiremos o comprometimento de todos com os resultados que apresentamos à sociedade”, disse o desembargador Orlando Perri.

De acordo com ele, os encontros com servidores e magistrados trouxeram bons resultados para a gestão, pois da discussão com o grupo surgiram sugestões de melhorias que puderam ser aplicadas em diversas comarcas. Esses encontros também trouxeram significativas sugestões para o planejamento estratégico do Poder Judiciário para o período de 2015 a 2020.



Ascom/TJMT

“O desembargador Orlando Perri é o presidente a quem os servidores têm mais acesso. Sou gestora geral da comarca desde 2004 e em outra ocasião estive com outros gestores em Cuiabá e pedimos para falar com o presidente e ele nos recebeu no gabinete. Fiquei surpresa”.

Eliane Ruff Rebelatto, da Comarca de Água Boa (730 km a leste de Cuiabá)



Digoreste é uma publicação mensal do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Gestão biênio 2013/2015

Presidente

Orlando de Almeida Perri

Vice-presidente

Márcio Vidal

Corregedor-Geral da Justiça

Sebastião de Moraes Filho

Produção

Coordenadoria de Comunicação Social do TJMT

Edição

Mariane de Oliveira

Redação

Nadja Vasques, Janã Pinheiro e Keila Maressa

Participe

Interessados em sugerir pautas ou divulgar notícias no informativo Digoreste podem entrar em contato com a equipe através do e-mail: imprensa@tjmt.jus.br

Gestão garante direitos e benefícios aos servidores



Ascom/TJMT

Nos últimos 20 meses (março/2013 a novembro/2014) os servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso conquistaram inúmeros benefícios, assim como garantiram muitos dos seus direitos. Entre os principais estava a implementação do Sistema de Desenvolvimento de Carreiras e Remunerações (SDCR), que foi aprovado em 2007, mas nunca posto em prática.

Isso porque era necessário antes fazer o reequadramento

dos servidores. Reequadrar significa dar ao servidor a oportunidade de progredir na carreira do local (quadro) onde ele está sem ter que voltá-lo ao ponto de partida. Enquanto eles não fossem devidamente alocados não era possível progredir profissionalmente. E na administração do presidente Orlando de Almeida Perri, esse árduo trabalho foi realizado.

A gestão atual vê os servidores como a mola propulsora da prestação jurisdicional. De acordo com o magistrado, são os servidores que entregam o trabalho que o Fórum fornece, que recebem as novas demandas e que impulsionam a determinação do magistrado, e este trabalho merece ser reconhecido como primordial.

“A valorização do servidor é a melhor forma de aprimorar o clima organizacional. Nestes quase dois anos à frente da Justiça Estadual nós trabalhamos para oferecer melhorias salariais aos servidores, principalmente aquelas que nunca haviam sido implantadas. Nós reconhecemos a primordial importância do servidor que está na ponta, atendendo aos cidadãos, avalia Perri”.



Ascom/TJMT

Linha do tempo

- Abril 2013** - Aumento de auxílio alimentação para R\$ 415,60
- Agosto 2013** - Aumento do auxílio alimentação para R\$ 450
- Abril/2014** - Aumento do auxílio alimentação para R\$ 475
- Janeiro 2014** - Institui o auxílio creche para os servidores
- Março/2014** - Começam cursos de pós-graduação para servidores
- Maió/2014** - Reequadramento
- Maió/2014** - Aprova pagamento de verbas para oficiais de justiça
- Agosto/2014** - Primeira progressão horizontal para os servidores
- Outubro/2014** - Aprovação do auxílio saúde no Judiciário
- Outubro/2014** - Perri propõe pagar URV a todos os servidores, sindicalizados ou não
- Novembro/2014** - Determina o pagamento de verbas liberadas pelo CNJ

Relembre as principais conquistas dos servidores

Pagamento de passivos

O desembargador Orlando Perri está cumprindo rigorosamente os compromissos que assumiu no início da gestão, de pagar os passivos trabalhistas dos servidores do Poder Judiciário. Entre março de 2013 e novembro de 2014 já foram pagos R\$ 82.781,720,03, beneficiando todos os servidores.

Entre os passivos quitados estão licença prêmio, que nesta gestão passou a ser paga mensalmente – o que não ocorria antes, abono pecuniário, diferença de 16,66% para inativos, aposentados e pensionistas, diferença de Previdência (janeiro/2007 a fevereiro/2012), diferença de Referência (29/12/1994 a 31/10/2007), diferença de reequadramento de maio de 2010 a maio de 2014. Até o fim de seu mandato Perri quer quitar outros passivos aos quais os servidores têm direito.

Conhecimento

Uma forma de valorizar o servidor é dar algo que ninguém pode tirar – o conhecimento. Nestes últimos 20 meses, cursos e capacitações voltadas para aqueles que trabalham no interior foram um dos focos da Escola dos Servidores do Poder Judiciário. Priorizar a capacitação dos servidores reflete na autoestima de cada um e também na qualidade do serviço prestado ao cidadão. A orientação é que os cursos escolhidos tragam resultados para os servidores que reflitam na eficiência do Judiciário mato-grossense.

A gestora da Comarca de São José do Rio Claro (315 km a médio-norte de Cuiabá), **Zenaide Silva Venâncio**, disse que esta gestão está promovendo um diferencial quando o assunto é capacitação. Zenaide afirmou que os cursos têm ajudado os gestores a administrar melhor as comarcas. Também têm trazido conhecimentos novos, necessários para a rotina de trabalho que o cargo exige. “O presidente Orlando Perri está de parabéns”.



Ascom/TJMT

Pós-graduações gratuitas

Duzentos servidores do Poder Judiciário tiveram a oportunidade de incrementar o seu currículo de forma totalmente gratuita. Em fevereiro de 2014 começaram duas novas pós-graduações, sendo uma em Direito Civil/Processual Civil e outra em Direito Penal/Processual Penal. As especializações foram totalmente custeadas pelo Judiciário, cujo investimento custou quase R\$ 900 mil. Antes disso, a última pós tinha sido ofertada aos servidores há cinco anos.

Auxílio Creche

Foi um dos primeiros benefícios implantados na gestão Perri, em janeiro de 2014. Um sonho antigo do presidente era propiciar aos servidores que atuam no interior as mesmas condições daqueles que trabalham na capital, na medida do possível. Assim, foi implantado o auxílio creche para todos os profissionais que têm filhos de até seis anos. Os servidores que se inscreveram recebem R\$ 350,00/

mês por filho entre seis meses e seis anos completos.

“Por muitos anos somente os servidores do Tribunal de Justiça e da Comarca de Cuiabá tinham a possibilidade de usufruir da creche do TJMT, que tinha grande parte do valor subsidiado pelo TJ. Em janeiro/2014 esta possibilidade foi expandida e agora todos têm como investir na educação de seus filhos”

Reequadramento

Grande parte das melhorias recebidas pelos servidores começou em maio de 2014, com o reequadramento, que como o próprio nome diz significa colocar o profissional em um quadrado da tabela salarial. Em julho deste ano, pelo menos 2.200 pessoas passaram pelo processo. Cada uma teve um acréscimo palpável no subsídio mensal, sendo que alguns chegaram a ter 15,99% de aumento real no salário.

Dentre as seis carreiras profissionais existentes, os auxiliares judiciários (antigos jardineiros, garçons e agentes de serviço) foram os mais beneficiados. De acordo com Perri, o impacto na folha de pagamento dos servidores foi na ordem de R\$ 15 milhões por ano e de pelo menos R\$ 1,1 milhão por mês.

Auxílio Alimentação

Em 2013 e 2014, os servidores do Judiciário Estadual já contabilizavam um aumento de 50,79% no auxílio alimentação. Foram três reajustes concedidos pela atual gestão que elevou o valor de R\$ 315,60 para R\$ 476,55.

Na época, o gestor da Comarca de Porto Espiridião, Jorge Luis Carreiro, frisou que não esperava mais este reajuste em tão pouco tempo. “Não esperava nem este aumento, nem receber a verba que recebemos nesta gestão. Tenho 15 anos de Poder Judiciário e nunca foi tão fácil receber os nossos direitos, estamos conseguindo com pedido administrativo sem precisar de processo”, destaca.

Auxílio Saúde

Em outubro de 2014, Orlando Perri levou ao Tribunal Pleno a proposta de instituir o auxílio saúde aos servidores. Aprovado, o valor foi fixado em R\$ 250 e será destinado a ressarcir parcialmente as despesas relativas à saúde suplementar (planos de saúde, auxílio-funeral). O Projeto de Lei foi encaminhado à Assembléia Legislativa e, assim que aprovado, será levado à sanção do governador do Estado.

Segundo o presidente, relator da proposta, o auxílio saúde tem como objetivo melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento pessoal dos servidores.

Aplicação do SDCR

Depois de sete anos, finalmente as progressões verticais e horizontais, previstas no Sistema de Desenvolvimento de Carreira e Remuneração dos servidores, foram postas em prática.

A progressão vertical foi aplicada pela primeira vez em novembro de 2013, referente aos primeiros e segundos ciclos da avaliação de desempenho e seguindo a ótica da perspectiva comportamental. No final deste mês começará a segunda fase da avaliação, desta vez com foco em competências.

Já a progressão horizontal foi realizada pela primeira vez em agosto e depois em outubro de 2014. Esta forma de progredir na carreira leva em consideração as qualificações dos servidores (graduação de ensino médio, 120h em cursos de capacitação, graduação em curso de nível superior, pós-graduação Lato-Sensu, mestrado e doutorado) exigidas para ascensão à classe em que se encontra.

Entrevista

JEI ultrapassa fronteiras e facilita acesso à Justiça

O Juizado Especial Itinerante (JEI), um programa do Tribunal de Justiça de Mato Grosso criado com o objetivo de aproximar a Justiça Estadual da população menos favorecida, em 2014 deu um salto qualitativo de extrema importância. Criado para atender apenas a Baixada

Cuiabana, o JEI, após aprovação pelo Tribunal Pleno, teve sua competência ampliada para todo o Estado de Mato Grosso, podendo ser considerado hoje a “Justiça sem Fronteiras”, que vai até o cidadão, não importa onde ele esteja. O juiz Edson Dias Reis, um dos coordenadores do Juizado, fala um pouco sobre este importante trabalho.

Por que o senhor considera o JEI a “Justiça sem Fronteiras”?

O JEI, nesta nova formulação, ultrapassa as barreiras e fronteiras que impedem o acesso dos mais humildes ao Poder Judiciário. Não se pode falar em jurisdição sem quebrar os fatores sociais, econômicos, culturais e até mesmo geográficos, que impedem o alcance dos direitos básico de um cidadão. É necessário dar força efetiva e eficaz à jurisdição a partir do momento em que o Estado assume a responsabilidade da pacificação social. O JEI, sobre rodas, se desloca a qualquer comunidade do nosso Estado de tamanho continental, levando sopro de Justiça a milhares de pessoas que, por si só, diante das barreiras sociais, econômicas, culturais e geográficas, nunca procurariam solucionar seus conflitos.

Tem algum caso específico que chamou sua atenção?

Temos muitos. Daria para escrever um livro, mas um me chamou muito a atenção pelas consequências benéficas sociais e psicológicas alcançadas por um simples telefonema da conciliadora Fabiana, do JEI. No atendimento, realizado em Bom Sucesso, um senhor nos procurou muito abatido psicologicamente porque não conseguia emprego há vários anos, pois possuía uma certidão criminal positiva por um processo criminal que respondeu. Ele tinha sido acusado de estupro injustamente e já tinha sentença de absolvição há muitos anos e não tinha conhecimento porque sua certidão sempre estava positiva. A conciliadora pesquisou a ação penal e verificou a absolvição e entrou em contato com o distribuidor que imediatamente emitiu a certidão negativa. Com um pequeno



Ascom/TJMT

gesto mudamos o rumo de uma pessoa que se encontrava totalmente perdida e excluída socialmente por falta de uma simples informação.

Qual o balanço que o senhor faz dos trabalhos do JEI este ano?

Extremamente positivo. Com uma equipe de pessoas comprometidas com o próximo, não foram

medidos esforços para atender o máximo de pessoas nas comunidades em que passamos. De março a outubro a jornada de trabalho atendeu Acorizal, Baús, Engenhos (por duas vezes), Rio da Casca, Água Fria (duas vezes), além de Passagem da Conceição, Capão Grande, Guia, Mimoso, Bom Sucesso, Nossa Senhora do Livramento, Bairro Parque Cuiabá e, por fim, Barão de Melgaço e Rondolândia.

Quais os principais atendimentos feitos pelo JEI?

Nessa nova concepção de “Justiça sem Fronteiras”, embora a competência do JEI se limite às matérias dos Juizados Especiais Cíveis, passamos a atender todo tipo de demanda reprimida, buscando sempre a solução do problema entregue pelo jurisdicionado, fosse na tentativa de mediação e conciliação, orientação, encaminhamento para Ministério Público ou Defensoria Pública, bem como na distribuição de processos que serão julgados pelo próprio JEI.

O JEI atendia a princípio apenas a Baixada Cuiabana. Este ano o trabalho foi ampliado para todo o Estado. Qual a importância desta abrangência?

Entendemos que a limitação de

competência em reduzido número de municípios e comunidades, próximos à Capital, impedia o JEI de atingir diversas comunidades espalhadas pelo Estado de Mato Grosso. Partindo dessa premissa, apresentamos proposição para alteração da redação do artigo 3º do Regimento Interno do JEI para que a competência tivesse abrangência em todo o Estado. Felizmente essa proposta foi aceita pelo Conselho da Magistratura.

Este ano o JEI foi até o município de Rondolândia, na fronteira com Rondônia. Como foi esta experiência?

Para uma simples reclamação o jurisdicionado necessitava se locomover por estradas intransitáveis, de Rondolândia a Juína – aproximadamente por 2.200 quilômetros (ida e volta) - em viagem interestadual, passando pelo Estado de Rondônia e por quase uma dezena de comarcas e municípios. Atualmente mesmo que a comarca responsável por Rondolândia seja Comodoro, as pessoas ainda necessitam se locomover aproximadamente 1.200 quilômetros – ida e volta – para ter acesso ao Poder Judiciário. Não foi por outro motivo que os atendimentos naquela cidade envolveram juridicamente aproximadamente 500 pessoas, o que corresponde a quase 15% de toda população.

Quais são os projetos do JEI para 2015?

O Tribunal de Justiça está em processo de aquisição de um ônibus novo, com estrutura adequada para os atendimentos. Além disso, já estamos trabalhando o calendário da jornada de trabalho de 2015, com o objetivo de atender as principais comunidades e cidades que se encontrem em situação crítica e distante das sedes de comarcas, como Nova Maringá, Alto Boa Vista, Luciara, Novo Santo Antônio, Espigão D'Oeste, entre outras de norte a sul, leste a oeste do nosso Estado.

Tecnologia

TJ investe em segurança da informação

Garantir a segurança da informação tem sido um grande desafio para os tribunais de todo o país. Em vista disso, a atual administração do Tribunal de Justiça já investiu mais de R\$ 50 milhões na implementação de uma política de segurança que garanta a proteção dos dados do Poder Judiciário mato-grossense.

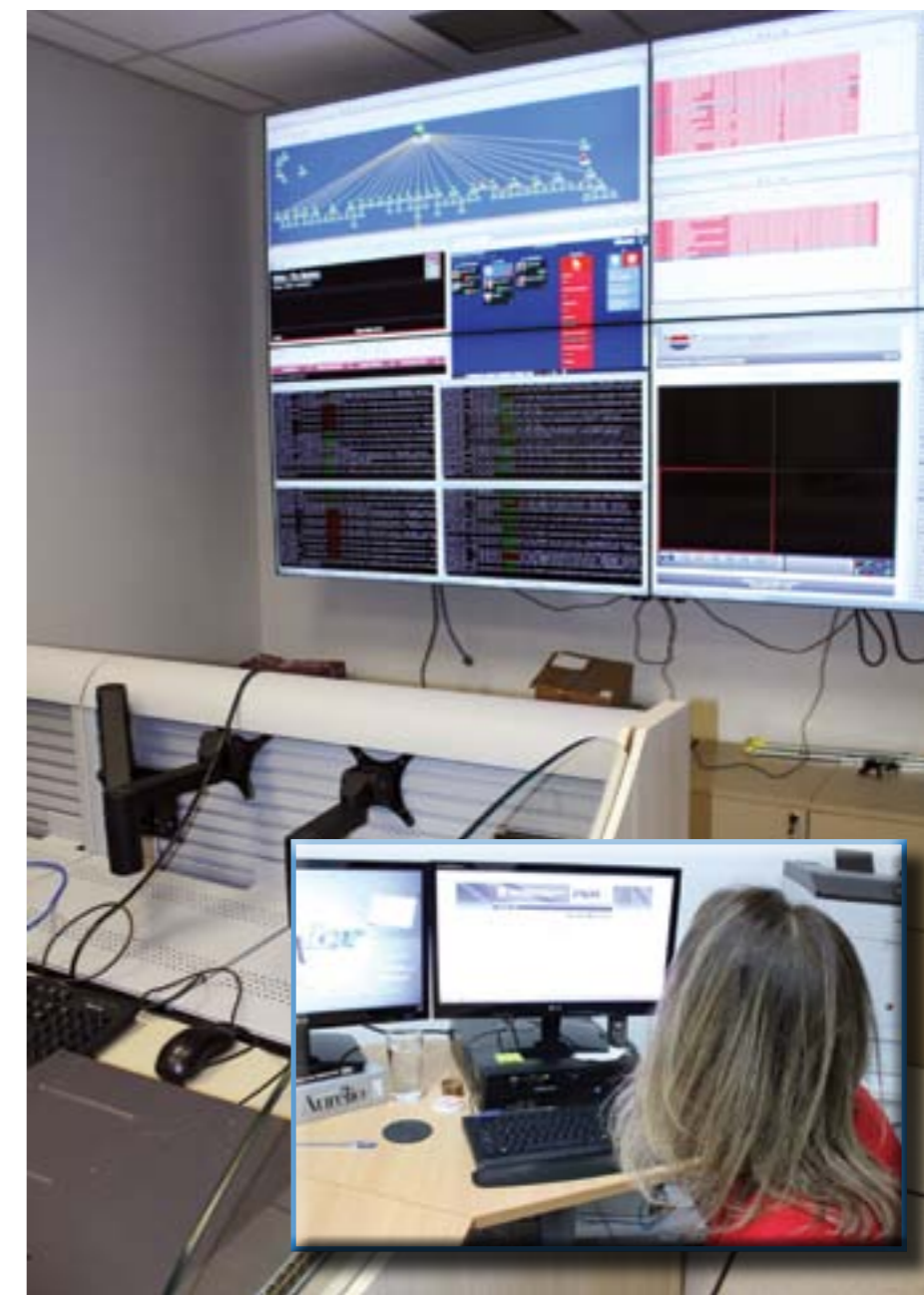
Uma das medidas de segurança foi a adoção de um novo Proxy nas comarcas. O Proxy é um servidor intermediário que filtra e controla o acesso às informações e à internet, tanto dos usuários internos quanto externos. Para complementar o uso do Proxy, também foi implantada uma nova solução de firewall, que funciona como uma barreira de proteção que ajuda a bloquear o acesso a conteúdos impróprios.

Além da segurança dos dados, também é importante garantir a segurança dos equipamentos. Pensando nisso, o TJ adquiriu recentemente uma das mais modernas tecnologias existentes, a Sala Segura e o Network Operations Center (NOC). A Sala Segura protege e resguarda a integridade física dos computadores e equipamentos da TI por meio de um controle de acesso por biometria, gestão inteligente da rede elétrica, sistema de monitoramento por câmeras e por um sistema de refrigeração de precisão, que controla a temperatura e umidade do ambiente.

Já o NOC consiste em um painel de controle de ação preventiva. Ele permite que a equipe técnica detecte eventuais problemas que possam surgir na sala segura ou dentro das estruturas do TJ antes mesmo que eles aconteçam. Como, por exemplo, casos de falta de energia, início de incêndio, funcionamento e estabilidade dos programas, entre outros.

A disponibilidade e agilidade dos serviços do Poder Judiciário também foram alvos de investimentos. Recentemente a Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CDI) ampliou a capacidade de links de acesso à internet em 17 comarcas do Estado. Com o acesso mais rápido, o público externo consegue solucionar suas demandas em menos tempo.

Os servidores também foram valorizados com uma série de melhorias. Uma delas foi a atualização do software EAD utilizado pela Escola dos Servidores do TJ. A novidade aumentou consideravelmente a capacidade de armazenamento de conteúdo,



Ascom/TJMT

tornando possível o uso de videoaulas. No quesito mobilidade, foi disponibilizada uma nova infraestrutura de rede sem fio que alcança toda a sede do TJ. Além disso, foram distribuídos 1.600 novos computadores para as comarcas do interior.

Os serviços e programas voltados para os jurisdicionados não foram esquecidos pela gestão. O acesso virtual dos advogados e partes, a expansão do Sistema Apolo para as comarcas do interior, a instalação do Processo Judicial eletrônico (PJe) em 30 unidades julgadoras e o primeiro julgamento virtual, foram algumas das inovações

desenvolvidas pela TI do Tribunal de Justiça.

O gerente de infraestrutura de redes e network do TJ, Nelson Antônio de Souza Júnior, acredita que a segurança da informação e a disponibilidade dos sistemas foram as maiores preocupações desta gestão. “A infra-estrutura no que se refere à informatização do judiciário está bastante madura devido às tecnologias dispostas e aos investimentos feitos”. Nelson ressalta ainda que é vital para toda instituição ter um núcleo tecnológico forte e maduro, em razão da velocidade do desenvolvimento tecnológico.

Monitoramento

TJMT amplia segurança no ambiente de trabalho

A gestão do presidente Orlando Perri tem realizado um dos maiores investimentos dos últimos anos na área de segurança dentro do Poder Judiciário de Mato Grosso. As melhorias visam ampliar a segurança no ambiente de trabalho tanto de magistrados, quanto de servidores e da população que procura as unidades judiciárias espalhadas em todo o Estado.

Um dos grandes avanços neste setor foi a consolidação do Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário, instalado dentro do Tribunal de Justiça. Por meio desta central é realizado o monitoramento não apenas do TJ, mas também do Fórum de Cuiabá, comarcas de Entrância Especial e de Terceira Entrância.

Apenas no sistema de monitoramento estão sendo investidos mais de R\$ 6 milhões. Com este valor, o TJ vai ampliar o monitoramento para as comarcas de Segunda e Primeira Entrâncias.

“Além desse monitoramento de CFTV (Circuito Fechado de TV), teremos investimentos

no sistema de alarmes. Todas as comarcas de Segunda e Primeira Entrâncias, 68 no total, terão também um incremento do sistema de alarme contra intrusão”, explica o coordenador militar do TJ, coronel Wilson Batista.

Outro investimento importante, de quase R\$ 11 milhões, se refere à aquisição de equipamentos de Sistema de Controle de Acesso para as comarcas de Entrância Especial, de Terceira e Segunda Entrâncias. Estes equipamentos são as catracas eletrônicas, detectores de metal e leitores biométricos.

Os investimentos em segurança não têm se limitado apenas à aquisição de equipamentos. A atual gestão tem focado também em projetos educativos, como o “Fique Seguro”, que debate temas diversos, por meio de reuniões com servidores e distribuição de folders orientativos. Essas informações ultrapassam o ambiente de trabalho.

“São orientações de segurança que o servidor e o magistrado levam para casa, repassam para a família, para os

amigos, ou seja, multiplicam o que aprenderam aqui, o que ajuda a formar uma conscientização em busca da segurança”, explica o coronel Batista.

Outro avanço na área de segurança é com relação à instalação da Brigada de Incêndio dentro do Tribunal de Justiça. “Foi um grande avanço, até porque o TJ é um dos poucos órgãos públicos a ter sua brigada de incêndio, que além de orientar os servidores, faz o controle da carga de todos os extintores do prédio. Ou seja, são ações efetivas que vieram para tornar o ambiente do Poder Judiciário mais seguro”, afirma o coronel.

O coordenador militar destaca que a gestão do presidente Orlando Perri deixará um grande legado no que diz respeito à segurança. São ações a curto, médio e longo prazo. “São investimentos que ainda terão seu ciclo concretizado. Os reflexos serão sentidos em outras gestões em razão da amplitude deste trabalho”.



Ascom/TJMT

Sem Embargos

Ribeirinho Cidadão

O Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública renovaram termo de cooperação que garante a realização do Projeto Ribeirinho Cidadão nos próximos cinco anos. Desde que teve início, em 2007, o Poder

Judiciário é um parceiro fiel, tanto na garantia de recursos quanto na prestação de serviço junto à população ribeirinha dos municípios de Barão de Melgaço, Santo Antônio do Leverger e Poconé.

Celeridade

A 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) julgou em outubro o primeiro recurso de um processo judicial na modalidade virtual. O projeto piloto tem o objetivo de dar celeridade ao andamento processual e deve ser expandido para as demais câmaras julgadoras.

Sinop

A comarca de Sinop (500 km ao norte de Cuiabá) foi elevada a Entrância Especial pelo Tribunal Pleno do TJMT. A proposta foi apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil (seccional de Sinop) tendo em vista o enorme crescimento local. Até então a Entrância Especial era composta apenas pelas Comarcas de Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis.

Ascom/TJMT

